

• REESTRUTURAÇÃO

MGI analisará reestruturação da carreira dos servidores do HFA

O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo, a diretora do Sindsep-DF, Adriana Maria da Conceição, e representantes dos servidores do Hospital das Forças Armadas (HFA) estiveram reunidos nesta terça-feira (22) como o secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Celso Pereira Júnior. No encontro, foi debatida a proposta de reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do HFA (PCCHFA).

Também estiveram na reunião, a diretora de Gestão de Pessoas do MGI, Jane Carla Lopes Mendonça, e a assessora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Marília Nunes Fernandes. Representando os servidores do Hospital das Forças Armadas (HFA), participaram também os delegados sindicais Elizabeth da Silva Santos e Humberto Oliveira Lopes.

O Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas (PCCHFA) passou por reestruturação após um acordo com o MGI em 2024, com implementação em duas etapas (janeiro de 2025 e abril de 2026). A medida valorizou o Vencimento Básico, que agora compõe 70% da remuneração, deixando os outros 30% para a Gratificação de Desempenho (GDHFA).

No entanto, a categoria ainda luta para corrigir a disparidade remuneratória histórica em relação a outras carreiras equivalentes do funcionalismo federal.

Durante o encontro, foi entregue oficialmente a proposta de reestruturação do Plano. A proposta apresentada foi um resultado de um

estudo técnico desenvolvido pelo Ministério da Defesa em conjunto com os servidores do HFA, tomando como referência carreiras federais já consolidadas, como as das áreas de saúde e de Ciência e Tecnologia, sempre respeitando as particularidades e a missão institucional do Hospital das Forças Armadas.

Valorização

Além da apresentação do documento, os representantes dos trabalhadores resgataram o histórico da mobilização em defesa da categoria e reforçaram a necessidade de valorização dos profissionais como medida essencial para garantir a qualidade da assistência prestada pelo Hospital.

Na exposição, foram destacadas a defasagem do quadro de pessoal e as dificuldades enfrentadas pelo HFA para atrair e, principalmente, reter profissionais qualificados. Segundo os representantes dos servidores, a baixa atratividade da carreira, em razão da remuneração e das perspectivas de desenvolvimento profissional, faz com que muitos trabalhadores deixem o Hospital em busca de carreiras mais vantajosas no serviço público federal, comprometendo a continuidade dos serviços e a manutenção de equipes especializadas.

Compromissos

Durante a reunião, a equipe técnica do MGI explicou que o atual cenário fiscal, o calendário eleitoral e o processo de elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) limitam a possibilidade de avanços imediatos nas negociações. Apesar disso, o Ministério assumiu

dois compromissos considerados fundamentais para a continuidade da pauta.

O primeiro deles é a realização de uma análise técnica da proposta apresentada, com encaminhamento de uma devolutiva formal à Condsef/Fenadsef durante o mês de agosto. O segundo compromisso é a retomada da mesa de diálogo em setembro, quando serão apresentados os resultados dessa análise e discutidos os próximos encaminhamentos para a reestruturação da carreira.

Outro ponto considerado relevante foi o reconhecimento, por parte do MGI, de que a carreira dos servidores do HFA possui características específicas, distintas de outras carreiras do serviço público federal. Segundo o Ministério, essa singularidade exige uma avaliação sobre qual será o instrumento mais adequado para viabilizar a reestruturação pretendida.

A avaliação dos participantes foi positiva. Embora ainda não tenha havido uma definição sobre a proposta, a reunião assegurou o compromisso formal do Ministério em analisar tecnicamente o projeto e manter o processo de negociação em andamento.

A mobilização dos servidores continuará sendo decisiva nas próximas etapas. Além do acompanhamento permanente da Condsef/Fenadsef junto ao MGI, a categoria seguirá fortalecendo as articulações políticas para garantir que a proposta avance, especialmente durante a tramitação da Proposta de Lei Orçamentária Anual no Congresso Nacional.

Fonte: Condsef

Aberta seleção para Professor Regente – Supervisor de Estágio temporário

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Caxias, está com as inscrições abertas até o dia 23 de julho de 2026 para a contratação temporária de servidores docentes efetivos do IFMA no exercício da função, bem como de docentes externos à instituição, para atuar como Professor Regente – Supervisor de Estágio, no Polo UAB São Luís, no curso de Licenciatura em Pedagogia EPT, na modalidade a distância, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

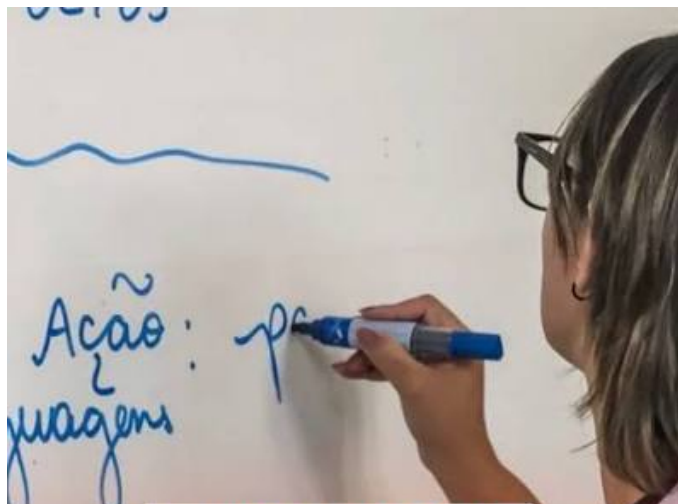
As inscrições são gratuitas e ocorrem via formulário eletrônico disponibilizado no site. Para realizar a inscrição neste Processo Seletivo o candidato deve utilizar o e-mail institucional do IFMA. Em caso de docente externo, utilizar e-mail com domínio Gmail.

Os requisitos para candidatar-se são: Experiência mínima comprovada de 1 (um) ano no magistério superior, em instituição de ensino superior

devidamente reconhecida, formação de nível superior (graduação) na área do curso ou em área correlata ao componente curricular pretendido, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), título de mestre ou doutor em programa de

pós-graduação stricto sensu reconhecido pelo MEC, preferencialmente na área do componente curricular em que pleiteia a vaga e disponibilidade para eventuais deslocamentos. No ato da inscrição, o candidato deverá anexar a documentação solicitada no item 6 do edital.

A seleção do Professor Regente – Supervisor de Estágio, constará da análise dos documentos comprobatórios anexados pelo



candidato no ato da inscrição, conforme Item 6 – Da Documentação, e da documentação comprobatória constante no Quadro do Anexo II – Quadro de Avaliação de Títulos. O valor da bolsa será de R\$ 1.850,00,

O candidato poderá enviar dúvidas sobre este Processo Seletivo para o e-mail:

coordenacaopedagogia.caxias@ifma.edu.br

Fonte: IFMA



Parecer Jurídico sindicatos devem conduzir negociação coletiva no serviço público

Constituição Federal atribui às entidades sindicais a legitimidade para representar os trabalhadores nas negociações coletivas, cabendo às associações papel distinto e complementar.

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)